

N.F. Nº - 089604.0013/19-2
NOTIFICADO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS S. SANTOS LTDA
NOTIFICANTE - JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ SUDOESTE
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 30.09.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0361-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO/CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Impugnante é beneficiária do PROGRAMA PROBAHIA, ficando dispensado do recolhimento do diferencial de alíquota, quando da aquisição de sobressalentes de máquinas e equipamentos. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 24/09/2019, exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.191,89, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 06.02.01: deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento.

Enquadramento Legal: art. 4º, inc. XV da Lei 7.014/96 C/C art. 305, §4º, inc. III, alínea “a” do RICMS/BA, publicado pelo Dec. nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 17 a 19) alegando que possui o benefício elencado no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, conforme Resolução nº 024/2015, publicado em 16/06/2015, ficando dispensado do recolhimento do diferencial de alíquota nas operações citadas no lançamento.

O Notificante apresenta Informação Fiscal (fls. 21 a 22), reproduzindo o conteúdo da defesa e afirmando que, após consultar no Sistema de Informações do Contribuinte – INC, constatou que o Impugnante é beneficiário de diferimento com situação ativo, printando a respectiva tela de consulta na informação.

Finaliza a informação pugnando pela improcedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.191,89 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ICMS, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da federação e destinadas a consumo do estabelecimento.

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, na Impugnação apresentada, o sujeito passivo alega que possui o benefício elencado no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia – PROBAHIA, conforme Resolução nº 024/2015, publicado em 16/06/2015, ficando dispensado do recolhimento do diferencial de alíquota nas operações citadas no lançamento.

Em suma, o Notificante afirma que, após consultar no Sistema de Informações do Contribuinte – INC, constatou que o Impugnante é beneficiário de diferimento com situação ativo, printando a respectiva tela de consulta na informação.

Finalizou a informação pugnando pela improcedência do lançamento.

Compulsando os documentos presentes nos autos, verifico que a acusação fiscal, referente à falta de recolhimento do diferencial de alíquota, diz respeito aos períodos de Março, Abril e Julho/2017. Constato que os materiais relacionados no demonstrativo elaborado pelo Notificante (fls. 04 e 05) são, entre outros, BUCHA DE BRAÇO DE MARTELO, ANEL PRESSÃO 491, PARAFUSO 4MM, CORREIA A35, CACHIMBO DE PEDALEIRA RESSISTÊNCIA CARTUCHO, de várias especificações e ROLAMENTO NSK 6201 ZZ.

Consulta realizada no Sistema INC, em 03/09/2021, informa que a atividade da empresa é a fabricação de calçados de couro e de material sintético e que o Impugnante é beneficiário desde de 17/08/2015 do regime de diferimento, previsto no Programa PROBAHIA, regulamentado pelo Decreto nº 6.734/97, que estabeleceu o supracitado benefício fiscal, nas hipóteses de aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes. Pelo que considero indevida a exigência de diferencial de alíquota contida no presente lançamento.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **089604.0013/19-2**, lavrada contra **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS S. SANTOS LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de setembro de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA - PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR